

Inclusão e Educação

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)



Atena
Editora

Ano 2019

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)

Inclusão e Educação

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I37 Inclusão e educação [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaína Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inclusão e Educação; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-029-2

DOI 10.22533/at.ed.292191501

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação inclusiva. 4. Tecnologia – Educação. I. Machado,
Danielle H. A. II. Cazini, Janaína. III. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação e Inclusão: Desafios e oportunidades em todos as séries educacionais” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seus 25 capítulos do volume I, apresenta os novos conhecimentos científicos e tecnológicos para a área da saúde especial das modalidades da saúde intelectual e mental, num viés da genética e a visão da psicopedagogia sobre a educação especial, a transição das Políticas Públicas para a educação especial e as transformações sob análises a partir da realidade local.

A Educação por Inclusão engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas tecnológicas nas áreas do Ensino, Novas Tecnologias Específicas, Psicopedagogia, Psicanálise, Educação, Políticas Públicas Brasileiras das Institucionais e Regionais que visam o aumento benéfico e produtivo na qualidade do ensino e desenvolvimento do aluno especial. Além disso, a crescente demanda por conceitos e saberes que possibilitam um estudo de melhoria no processo de participação e aprendizagem à educação inclusiva aliada a necessidade de recursos específicos.

A junção de pesquisas e a modernização da tecnologia compõem um contexto de educação inclusiva nas diversas modalidades da inclusão.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume I é dedicado ao público de cidadãos Brasileiros que possuem deficiência e dificuldade psicológica de aprendizagem na perspectiva das Institucionais Regionais do Brasil, mais precisamente, as participações das Políticas Públicas Brasileiras Educacionais. Trazendo artigos que abordam experiências do ensino e aprendizagem no âmbito escolar, desde as séries iniciais até prática de ensino em psicologia com idosos. Assim, aos componentes da esfera educacional que obtiveram sucessos apesar dos desafios encontrados; a mediação pedagógica como força motriz de transformação educacional e a utilização de tecnologias assistivas para auxiliar o aprendizado do discente especial.

Ademais, esperamos que este livro possa fortalecer o movimento de inclusão social, colaborando e instigando professores, pedagogos e pesquisadores às práticas educacionais, às contribuições da genética e da psicanálise a quem ensina, aos alunos especiais na transição da escola regular sob um olhar da psicopedagogia e aos educadores que corroboram com a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA META 4	
<i>Maria do Carmo de Sousa Severo</i>	
<i>Érica Nazaré Arrais Pinto Pereira</i>	
<i>Joiran Medeiros da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915011	
CAPÍTULO 2	10
EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ADULTOS: CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIA E DA ANDRAGOGIA	
<i>Mônica Campos Santos Mendes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915012	
CAPÍTULO 3	16
EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: EXPANSÃO E CONTRADIÇÕES (2003 – 2014)	
<i>Cleiton Leite Barbosa</i>	
<i>Afrânio Vieira Ferreira</i>	
<i>Sandy Andreza de Araujo Lavor</i>	
<i>Jeanne D'arc de Oliveira Passos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915013	
CAPÍTULO 4	26
“PRECISAMOS SER COMO CAMALEÕES?”: EXPERIÊNCIA DE UMA PRÁTICA DE ENSINO EM PSICOLOGIA COM IDOSOS	
<i>Edivan Gonçalves da Silva Júnior</i>	
<i>Maria do Carmo Eulálio</i>	
<i>Almira Lins de Medeiros</i>	
<i>Elizabeth de Lourdes Bronzeado Krkoska</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915014	
CAPÍTULO 5	42
A APRENDIZAGEM EM QUESTÃO: CONTRIBUIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA E DA PSICANÁLISE A QUEM ENSINA	
<i>Juliana dos Santos Rocha</i>	
<i>Virgínia Dornelles Baum</i>	
<i>Marlene Rozek</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915015	
CAPÍTULO 6	57
A PERSPECTIVA INCLUSIVA PARA O FORTALECIMENTO DA RESSOCIALIZAÇÃO DE ASSISTIDOS DA CENTRAL DE ALTERNATIVAS PENAIAS DO CEARÁ – RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Dafna Maria da Silva Ricardo</i>	
<i>Débora Rocha Carvalho</i>	
<i>Aline Maria Barbosa Domício Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915016	

CAPÍTULO 7 66

APRENDIZAGEM E ESCOLARIZAÇÃO EM FOCO: UMA VISÃO PSICOPEDAGÓGICA

Virginia Dornelles Baum
Juliana dos Santos Rocha
Marlene Rozek

DOI 10.22533/at.ed.2921915017

CAPÍTULO 8 81

AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS, VOLTADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A TRANSIÇÃO ESCOLA-TRABALHO

Ana Cristina de Carvalho
Edicléa Mascarenhas Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.2921915018

CAPÍTULO 9 86

A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Iris Mara Guardatti Souza
Regina Cohen
Patrícia Lameirão Campos Carreira
Angélica Fonseca da Silva Dias
Rita de Cássia Oliveira Gomes
Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior
Mônica Pereira dos Santos
Jean-Christophe Houzel

DOI 10.22533/at.ed.2921915019

CAPÍTULO 10 97

DESAFIOS FORMATIVOS VIVENCIADOS E SUPERADOS PELOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE AGRESTINA - PE PARA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Cicera Mirelle Florêncio da Silva
Maria Aline de Macedo Silva Mendes

DOI 10.22533/at.ed.29219150110

CAPÍTULO 11 107

ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA ESTADUAL NA CIDADE DE CALDAS NOVAS NOS ÚLTIMOS 13 ANOS

Jullyana Pimenta Borges Gonçalves
Rosângela Lopes Borges
Marcos Fernandes Sobrinho
Cinthia Maria Felício

DOI 10.22533/at.ed.29219150111

CAPÍTULO 12 120

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA CIDADE DE CRATO-CE: O USO EM CONTEXTO RELIGIOSO

Luiza Valdevino Lima
Francisco Edmar Cialdine Arruda
Martha Milene Fontenelle Carvalho
Ana Patricia Silveira
Daniela Valdevino Lima

DOI 10.22533/at.ed.29219150112

CAPÍTULO 13..... 131

O PAPEL DA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS (OBMEP) COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

Joselito Elias de Araújo
José Vinícius do Nascimento Silva
Pedro Eduardo Duarte Pereira
Flávia Aparecida Bezerra da Silva

DOI 10.22533/at.ed.29219150113

CAPÍTULO 14..... 141

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E MUDANÇAS NO CONTEXTO ESCOLAR: A QUESTÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA PERNAMBUCANA

Lúcia de Fátima Farias da Silva

DOI 10.22533/at.ed.29219150114

CAPÍTULO 15..... 150

UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO NAS PESQUISAS ACADÊMICAS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA BAHIA

Julimar Santiago Rocha
Maria da Conceição Alves Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.29219150115

CAPÍTULO 16..... 163

FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR - RELATO DE EXPERIÊNCIA

Débora Rocha Carvalho
Deldy Moura Pimentel
Terezinha Teixeira Joca
Marilene Calderaro Munguba

DOI 10.22533/at.ed.29219150116

CAPÍTULO 17 172

NAS TESSITURAS DA LEI 10.639/03: DIÁLOGOS ENTRE O ENSINO DE HISTÓRIA E A DIVERSIDADE ÉTNICORACIAL

Aparecida Barbosa da Silva

DOI 10.22533/at.ed.29219150117

CAPÍTULO 18..... 181

O DIREITO A EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA A PARTIR DO CONTEXTO DOS JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE

Daniel de Souza Andrade
Andréia Alves de Oliveira
Edneide Nóbrega do Rêgo
Elânia Daniele Silva Araújo
Janaina Dantas dos Santos
Lidyane Gomes Mendonça da Silva
Maria José Elaine Costa Silva Pereira
Marlene Eneas da Silva Falcão
Sônia Maria de Lira
Verônica Remígio da Silva e Lima

DOI 10.22533/at.ed.29219150118

CAPÍTULO 19	191
O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA ROTINA DO PROGRAMA FACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	
<i>Maikson Damasceno Machado</i>	
<i>Kátia Cristina Novaes Leite</i>	
<i>Eliata Silva</i>	
<i>Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150119	
CAPÍTULO 20	202
UMA REFLEXÃO SOBRE A POLITICA EDUCACIONAL INCLUSIVA NO BRASIL	
<i>Marília Piazzini Seno</i>	
<i>Simone Aparecida Capellini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150120	
CAPÍTULO 21	213
AFETIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR INCLUSIVO	
<i>Scheilla Conceição Rocha</i>	
<i>Cândida Luisa Pinto Cruz</i>	
<i>Rita de Cácia Santos Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150121	
CAPÍTULO 22	224
UMA HISTÓRIA DE (RE)SIGNIFICAÇÃO DE UM ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA	
<i>Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo</i>	
<i>Edivânia Paula Gomes de Freitas</i>	
<i>Leandra da Silva Santos</i>	
<i>Kelli Faustino do Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150122	
CAPÍTULO 23	234
CIDADANIA E DIREITOS NO AMBIENTE ESCOLAR: FORMANDO CIDADÃOS, TRANSFORMANDO REALIDADES ATRAVÉS DO ESTUDO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS	
<i>João Maria Cardoso e Andrade</i>	
<i>Joana Paula Costa Cardoso e Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150123	
CAPÍTULO 24	244
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRÁTICAS NO COTIDIANO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS	
<i>Clemilda dos Santos Sousa</i>	
<i>Fernanda Nunes de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150124	
CAPÍTULO 25	255
TRILHANDO OS CAMINHOS DA INCLUSÃO: A CRECHE COMO PRIMEIRO ESPAÇO	
<i>Sára Maria Pinheiro Peixoto</i>	
<i>Edileide Ribeiro Pimentel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150125	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	269

EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: EXPANSÃO E CONTRADIÇÕES (2003 – 2014)

Cleiton Leite Barbosa

Universidade Candido Mendes - UCAM
Iguatu-Ceará

Afrânio Vieira Ferreira

Universidade Estadual do Ceará - UECE
Iguatu-Ceará

Sandy Andreza de Araujo Lavor

Universidade Federal do Ceará - UFC
Iguatu-Ceará

Jeanne D'arc de Oliveira Passos

Universidade Estadual do Ceará - UECE
Iguatu-Ceará

RESUMO: O ensino superior brasileiro passou por um forte período de expansão entre os anos de 2003 a 2014, todavia permeado por dificuldades e contradições. Isso devido ao fato de está envolto numa política educacional de jogo de interesses, configurando-se como um campo de disputas, pois as visões sobre ele vão desde um possível projeto de desenvolvimento nacional, quando visto do ponto de vista governamental, ou mesmo um meio de ascensão social e possibilidade de democratização de direitos, até aos interesses de mercado, quando analisado do ponto de vista empresarial. Buscando atender a essa gama de interesses o governo federal aumentou o aporte de verbas e lançou programas como

o FIES, o PROUNI e o REUNI. Sendo que os dois primeiros apresentam um problema, a saber, a destinação de verbas públicas para instituições de ensino superior particulares, que possuem baixa qualidade de ensino, pesquisa e extensão. Já o REUNI dificulta a pesquisa e a extensão das Universidades públicas por conta da sua política de eficiência financeira. Esses programas geraram assim uma expansão desqualificada da educação superior. Objetiva-se nesta pesquisa compreender a expansão contraditória na educação superior brasileira. Para tanto, realizou-se uma análise em documentos de órgãos oficiais e artigos científicos. Como aporte teórico para a construção desse estudo destacou-se os trabalhos de COSTA (2013); MOURA (2014) e PACHECO (2014). O avanço alcançado na educação superior brasileira no período estudado merece destaque positivo, porém ainda são muitos os problemas enfrentados, portanto é necessário estudo e conscientização sobre o quadro passado e atual.

PALAVRAS-CHAVE: Educação superior, política educacional, expansão.

ABSTRACT: Brazilian higher education has undergone a strong period of expansion between 2003 and 2014, although it is transposed by difficulties and contradictions. This is due to the fact that it is embedded in an educational policy

of play of interests, configuring itself as a field of disputes, therefore the visions on it go from a possible national development project, when seen from the governmental point of view, or even a means of social ascension and possibility of democratization of rights, until to the interests of the market, when analyzed from the business point of view. Seeking to follow this range of interests, the federal government increased funding and launched programs such as FIES, PROUNI and REUNI. Making the first two presents a problem, namely the allocation of public funds to private higher education institutions, which have a low quality of teaching, research and extension. And the REUNI, on the other hand, makes it difficult to research and expand public universities because of its financial efficiency policy. These programs generated thus a disqualified expansion of higher education. The objective of this research is to understand the contradictory expansion in Brazilian higher education. For that, an analysis was carried out in documents of official organs and scientific articles. As a theoretical contribution for the construction of this study, the work of COSTA (2013) was highlighted; MOURA (2014) and PACHECO (2014). The progress made in Brazilian higher education during the period under study deserves a positive note, but there are still many problems that have to be faced, so there is a need the study and raise awareness about the past and current situation.

KEYWORDS: Higher education, educational policy, expansion.

1 | INTRODUÇÃO

Depois de muitas lutas contra regimes autoritários e contra um modelo econômico que desestruturou boa parte dos direitos sociais através da política do “Estado mínimo”, o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu a Presidência da República por meio de Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2003, tendo por base de apoio das camadas populares da sociedade brasileira.

Esperava-se, portanto, que esse fosse um governo de atendimento às demandas populares, e isso aconteceu, todavia de forma moderada e contraditória, pois Lula optou por fazer um governo de conciliação dos diversos interesses de classes envolvidas na política e na economia nacional e internacional.

As grandes reformas tão esperadas pelas camadas populares da sociedade brasileira, tais como: reforma agrária, do sistema político, financeira, as taxações das grandes fortunas, dentre outras, não foram implementadas pelo governo. Fazer isso inviabilizaria a governabilidade dentro da atual arquitetura da economia e da política brasileira, pois essas reformas seriam inadmissíveis às elites financeiras nacionais e internacionais. Sendo assim, o papel do Estado é contemplado nas seguintes palavras de Radaelli (2014),

[...] o Estado desempenha uma função estratégica para o desenvolvimento do capitalismo, pois realiza a função de manter a “harmonia” das sociedades divididas em classe, impedindo que os conflitos entre as classes trouxessem perigo a

organização da sociedade capitalista. Um aparato capaz de conter interesses antagônicos e manter a coesão dessa sociedade, ou seja, o Estado tem papel fundamental na reprodução do capitalismo.

Vale ressaltar o caráter dual desse governo, que cedeu aos interesses das elites como descrito acima, todavia, por fazer do Estado esse instrumento de mediação entre os interesses de classes também efetivou vários projetos e políticas sociais no sentido de satisfazer as necessidades das camadas menos favorecidas da população brasileira.

Em meio a esses elementos, a educação superior configura-se como uma dentre as demais áreas envolvidas nesse estilo político, mais especificamente na área da política educacional dos governos petistas. Tornando-se um campo em disputa, por ser vista como ponte de acesso a direitos por grande parcela da sociedade que historicamente foi excluída desse nível de ensino. Enquanto isso, as representações dos grupos mercadológicos da educação superior veem a oportunidade de obterem lucros através da mercantilização da educação superior, transformando o acesso à universidade num nicho atrelado aos interesses do capital.

2 | METODOLOGIA

Diante dessas contradições envoltas à expansão da educação superior do cenário atual, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental em periódicos acadêmicos, textos científicos e em *sites* governamentais com a intenção de conhecermos melhor esse quadro para podermos contribuir na discussão do tema.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

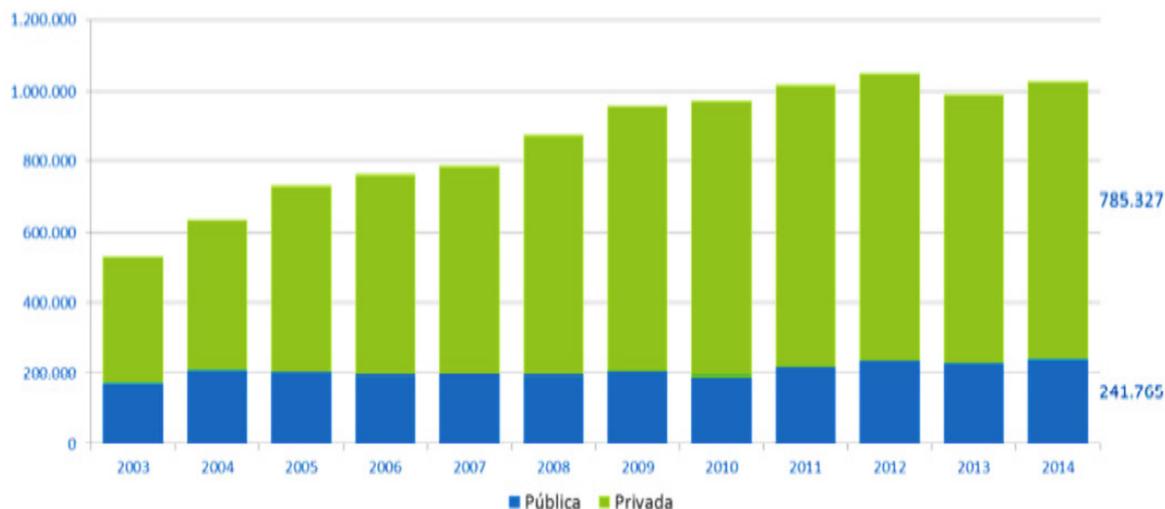
3.1 Educação Superior no Brasil: Avanços e Contradições

Envolto nesse bojo de objetivos e interesses circundantes à educação superior brasileira, o governo opta por uma política de expansão desse nível educacional tendo o Estado como direcionador de tais ações. Há, então, um aumento exponencial no aporte de recursos diretos e indiretos para instituições universitárias públicas e privadas por parte do governo federal.

Segundo o censo da educação superior de 2013, a taxa bruta de brasileiros frequentando a educação superior era de 28,7% em 2012, contra um percentual de 16,6% em 2003. Dessa forma, em apenas onze anos, quase dobrou o número de brasileiros matriculados em universidades ou faculdades, mas houve pontos contraditórios na implementação dessa expansão, principalmente na parceria entre o público e o privado, pois as matrículas no ensino superior aumentaram no setor público, mas também na iniciativa privada, que foi incentivada e financiada pelo poder

público.

O gráfico abaixo mostra a evolução do número de concluintes no ensino superior no período estudado, sendo notório o amplo crescimento de egressos no nível de graduação da rede privada, em detrimento do menor avanço do setor público. Vejamos:



Fonte: MEC/INEP

O gráfico aponta o enorme crescimento das conclusões em cursos de graduação na iniciativa privada, enquanto na rede pública de ensino esse número mesmo crescente, foi consideravelmente menor. Dando conta assim de um crescimento de 118,7% nas conclusões em cursos de graduação na rede privada, paralelo ao crescimento de 39,6% na rede pública no período apresentado.

Esse avanço das instituições privadas de educação superior é algo benéfico, do ponto de vista quantitativo, ao governo, pois apresenta um aumento de matrículas no nível superior. Por outro lado, isso é contraditório aos estudantes, pois eles ingressam no ensino superior por meio de instituições bem menos qualificadas.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, em 2014 apontou que 55,8% dos docentes das Universidades públicas eram doutores. Já a rede privada possuía um total de 19,8% com essa titulação. Conforme a revista Exame (2015), em 2014 as 18 melhores Universidades do país eram públicas, sendo que em décimo nono lugar figurava a primeira privada, com nota 4 no conceito do MEC.

Dessa forma, apesar de as melhores Universidades e os melhores profissionais estarem na rede pública foi a rede privada de ensino superior que mais expandiu-se. Consequentemente, ocorreu um crescimento muito mais quantitativo do que qualitativo nesse nível de ensino.

Programas como Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), constituíram-se como os principais pilares da expansão da educação superior, sendo os dois primeiros da rede privada e

o último da rede pública.

3.2 FIES, PROUNI E REUNI: Pilares da Expansão do Ensino Superior

O FIES, programa destinado a comprar vagas em instituições privadas de ensino superior, tendo o Estado o papel de pagar as mensalidades dos estudantes a essas instituições, sendo que depois estes deverão quitar os valores financiados ao Estado. Esse programa foi criado ainda no governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), por meio da lei nº 12.260 de 12 de julho de 2001, configurando-se como um dos poucos investimentos desse governo na educação superior, todavia destinado à iniciativa privada.

Os governos Lula (2003 – 2011) e o governo Dilma (2011 – 2014) fortaleceram o Fies, a partir da aprovação da lei nº 12.202/2010, a qual trouxe mudanças significativas para o programa. De acordo com Moura (2014) os principais avanços trazidos pela lei foram: a possibilidade de financiar até 100% os encargos educacionais cobrados; prazo para pagamento do financiamento após a conclusão do curso, que passou de duas vezes o tempo do curso para três vezes; a redução na taxa de juros que no primeiro ano de criação do financiamento era de 9%, passando posteriormente a 6,5% e restando fixado em 3,4%, uma redução significativa; formandos em cursos de Medicina e de Licenciaturas, os quais poderão abater 1% da dívida a cada mês trabalhado, caso optem por atuar, no caso dos licenciados, como professores da rede pública de educação básica, e no caso dos médicos no programa Saúde da Família.

O fortalecimento desse programa é realizado também na dimensão orçamentária do mesmo, pois os governos do Partido dos Trabalhadores continuaram aportando recursos e em quantidade cada vez maior desde o primeiro ano de gestão. Segundo Queiroz (2015), Lula destinou R\$ 579.424.337,76 (quinhentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, trezentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos) da Lei Orçamentaria Anual – LOA para execução financeira desse programa em 2003. Dilma Rousseff deu sequência a essa política sendo que no ano de 2013 foram destinados R\$ 5.596.506.179,43 (cinco bilhões, quinhentos e noventa e seis milhões, quinhentos e seis mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e três centavos) da LOA para o Fies, perfazendo um aumento de 89,65% dos investimentos de 2003 a 2013.

Diante da necessidade de maior escolarização a nível superior da população brasileira, esse programa vem como um instrumento de resposta a essa demanda, sendo que o governo encontra as instituições com as estruturas de ensino já estabelecidas, cabendo a ele o papel de financiar as mensalidades dos estudantes e fiscalizar o funcionamento dessas instituições. Desta forma, os empresários terão menos riscos financeiros, pois o Estado garante o pagamento. Já os estudantes têm a possibilidade de acesso ao ensino superior, apesar de depois terem que pagar tudo com juros ao governo diante de um mercado de trabalho incerto para muitos dos cursos contemplados.

O Prouni fazia parte de um pacote de medidas necessárias à reforma universitária propostas no governo Lula, sendo instituído por meio da lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, quando passou por intensa disputa de interesses durante a tramitação nas casas legislativas por ter como objetivo a inserção de pessoas das camadas populares na educação superior, porém por meio do financiamento dos cursos desses estudantes em instituições privadas.

Segundo Catani; Hey; Gilioli, (2006) com a chegada do projeto ao congresso, as instituições representantes do mercado da educação superior, quais sejam: a Associação Nacional das Universidades Particulares (ANPUD), Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior (ABMES) e o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo (SEMESP) começaram a pressionar o governo com intuito de terem suas pautas respondidas, dentre elas destacamos duas, a saber: a ampliação de um para três salários mínimos do pré-requisito de renda familiar *per capita* para o estudante concorrer à bolsa e a exigência da participação das instituições no processo seletivo ao invés de apenas o Ministério da Educação (MEC) fazer esse papel tendo como instrumento principal o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A defesa dessas pautas foi motivada no primeiro caso pelos grandes índices de ociosidade e inadimplência nos cursos de educação superior da rede privada. Esse, portanto, era um meio para obter recursos de uma fonte mais segura (os cofres públicos) e assim melhorar as condições financeiras das instituições que já estavam abaladas pela baixa procura de seus cursos. Além do mais, no momento da tramitação da lei, foi previsto que esses estudantes em maior vulnerabilidade social seriam futuros desistentes por falta de condições de permanência em seus respectivos cursos.

A segunda pauta, aceita e constante no texto da lei nº 11.096/05, assim como a primeira, gerou muitos prejuízos a posteriori, pois devido à falta de fiscalização, muitos processos seletivos resultaram na diminuição das ofertas de bolsas parciais, pois os estudantes poderiam não pagar a parte devida às Instituições de Ensino Superior (IES). Dessa ociosidade resultaram prejuízos aos cofres públicos, pois muitas empresas eram beneficiadas de isenções fiscais relacionadas às vagas que efetivamente não estavam preenchidas por falta da devida fiscalização por parte do Estado, conforme Costa (2013).

A ociosidade sempre presente nas vagas do Prouni está em muito relacionada à vulnerabilidade social dos estudantes selecionados, pois esses para acessarem ao programa precisam comprovar baixa renda, mas é justamente por pertencerem a famílias de baixa renda que não reúnem condições de permanência em localidades adversas das suas cidades de origem. O Estado quase sempre se limita a garantir a mensalidade desses estudantes e a isentar as instituições que aderem ao programa de pagarem o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CLSS), Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) (Idem, 2013).

Embasados no pensamento de Catani; Hey; Gilioli, (2006) e de Costa (2013) podemos considerar que o Prouni representa um incentivo à ampliação das IES privadas; promove uma política pública de acesso à educação superior, pouco se preocupando com a permanência do estudante, elemento fundamental para sua democratização; orienta-se pela concepção de assistência social, oferecendo benefícios e não direitos aos bolsistas; os cursos superiores ofertados nas IES privadas e filantrópicas são, em sua maioria, de qualidade questionável e voltados às demandas imediatas do mercado.

Em meio a elementos contraditórios como tais, vale ressaltar que o programa consegue atingir os objetivos propostos e propagados pelo governo federal, quando insere pessoas de baixa renda no ensino superior sem que essas depois precisem pagar com juros após o término do curso o montante aplicado neste período como acontece no Fies. Além do mais, devido à oferta insuficiente de educação superior presente no país, muitos desses brasileiros conseguem acesso a esse nível de ensino por meio desse programa, sendo que sem o qual jamais conseguiriam isso.

Outro elemento a ser destacado no programa está relacionado à inclusão também de populações historicamente excluídas de direitos como negros, indígenas e portadores de deficiência, assim exposto no texto da seguinte lei:

Art. 7º As obrigações a serem cumpridas pela instituição de ensino superior serão previstas no termo de adesão ao Prouni, no qual deverão constar as seguintes cláusulas necessárias:

II – percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros.

§ 1º O percentual de que trata o inciso II do caput deste artigo deverá ser, no mínimo, igual ao percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, na respectiva unidade da Federação, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2005).

Ainda sendo pré-requisitos para adesão das bolsas por parte dos estudantes possuírem renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio para conseguir 100% da mensalidade financiada pelo Estado e até três salários mínimos para conseguir financiamento de 50% ou 25% da mensalidade financiada pelo Estado.

Apesar dos avanços conseguidos, ainda são muitas as contradições presentes no Prouni. Todavia esse programa, no cenário educacional, político e econômico atual, apresenta-se como uma das alternativas a serem lapidadas, quanto ao acesso e, principalmente, quanto à permanência na educação superior por parte de setores historicamente marginalizados na sociedade brasileira.

O Reuni surge como um instrumento sistematizador da expansão das Universidades públicas ocorrido no governo Lula e sequenciado no governo Dilma. Aprovado por meio do decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, tendo como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência dos estudantes na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura

física e de recursos humanos existentes nas Universidades Federais de acordo com (BRASIL, 2007).

Essa iniciativa do poder executivo federal veio como uma resposta à sociedade que necessitava de mais vagas nas IES públicas do país, pois apesar das dificuldades de funcionamento essas são as instituições de referência do Brasil em ensino, pesquisa e extensão, ao mesmo tempo responde as necessidades dessas instituições que precisavam de um olhar mais direcionado do governo para o seu melhor funcionamento.

Figura assim como principal meio de expansão das Universidades Federais, pois conforme Pacheco (2014) as matrículas nessas instituições mais que dobraram no período de 2001 a 2010, passando de 143.595 em 2001 para 302.559 em 2010, totalizando assim um aumento de 110,6%. Quando consideramos apenas o período de 2007 a 2010, momento de implementação do Reuni, houve um aumento nas matrículas de 46,4%. Vale salientar que já no ano de implementação do Reuni todas as Universidades Federais aderiram ao programa, portanto esse aumento nas matrículas está diretamente ligado ao Reuni.

Entretanto, para esse autor o Reuni faz parte de uma resposta governamental ao atual desenvolvimento do capitalismo mundial, o qual possui sua produção de riquezas concentrada muito mais no trabalho imaterial do que no material, exigindo assim, profissionais cada vez mais capacitados intelectualmente e capazes de se adaptarem às rápidas mudanças ocorridas no mercado em virtude das vertiginosas transformações tecnológicas impulsionadoras de muitas das transformações presentes na sociedade.

Essa vinculação do programa aos ditames econômicos capitalistas traz prejuízos à qualidade da educação superior brasileira, que segundo a Constituição Federal de 1988 deve obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Porém, consoante Pacheco (2014), as duas últimas dimensões têm sido deixadas de lado em nome do ensino por apresentar estes resultados imediatos, sendo impulsionador quantitativo da Universidade. Seguindo essa lógica de expansão das instituições públicas, o Brasil continua sem investimentos em tecnologia, com a pesquisa tímida e a nossa economia continua vendendo predominantemente produtos primários sem valor agregado e comprando tecnologia cara, perpetuando assim, a nossa condição de economia dependente.

4 | CONCLUSÃO

A educação superior é um meio do qual um país deve utilizar-se para obter progressos científicos e assim alavancar o seu crescimento social, político e econômico. No entanto, o Brasil sempre enfrentou e enfrenta sérias dificuldades na implementação de uma política qualitativa e quantitativa nesse nível educacional.

Muitas são as causas de tal quadro, dentre as quais destacamos a falta

de autonomia dos governos brasileiros perante o mercado financeiro nacional e internacional, sendo que esses sempre estão reféns de tal mercado, e as maiores consequências malélicas de tal quadro são sentidas pela população brasileira, principalmente pela parcela historicamente desfavorecida economicamente.

O período histórico estudado foi o que apresentou os maiores avanços já alcançados pela educação superior brasileira, no tocante a expansão. Contudo, podemos perceber vários problemas e contradições, dentre os quais destacamos a falta de qualidade das instituições privadas de ensino. Apesar disso, foram elas o principal meio dessa expansão, sendo o governo avalista de tal situação, entretanto, sem deixar de dar a atenção devida também às Universidades públicas. Para tanto, fez uso dos programas estudados como ferramentas de instrumentalização de sua política de educação superior. Esses programas expressam o caráter dual, de conciliação dos diversos interesses envolvidos na educação superior brasileira, adotado pelos governos petistas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC/INEP. **Censo da educação superior 2013**: Resumo Técnico. Brasília: 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2016.

_____. MEC/INEP. **Censo da educação superior 2014 – Notas Estatísticas**. Brasília: 2015. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf>. Acesso em 19 de maio de 2016.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em 21 de maio de 2016.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso em 21 de maio de 2016.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Nº 12.260 de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L12260.htm>. Acesso em 21 maio de 2016.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. Prouni: democratização do acesso às instituições de ensino superior? **Educar em Revista**, Curitiba, v. 29, p. 125-140, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a09n28>>. Acesso em 21 de maio de 2016.

COSTA, D. D. **O PROUNI no contexto de expansão da educação superior: dados preliminares sobre as condições de acesso decorrente do programa, no Brasil (2005-2010)**. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2013, Recife. XXVI Simpósio Brasileiro de

Política e Administração da Educação, 2013. V. 17. p. 1-25. Disponível em:< <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/DanielleDiasdaCosta-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em 21 de maio de 2016.

MOURA, D. M. **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PROUNI E FIES: democratização do acesso ao ensino superior.** In: XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E VII MOSTRA DE TRABALHOS JURÍDICOS CIENTÍFICOS, 2014, Santa Cruz do Sul. VII MOSTRA DE TRABALHOS JURÍDICOS CIENTÍFICOS. SANTA CRUZ DO SUL: EDUNISC, 2014. v. 11. Disponível em:< <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/11804/1647>>. Acesso em 23 de julho de 2016.

PACHECO, J. A. **Impactos do Reuni nas instituições federais de ensino superior: Expansão ou subordinação?** In: XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária - CIGU – Universidade Federal de Santa Catarina, 2014, Florianópolis. **Anais** do XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária - CIGU - Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. Disponível em:< <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/131879/2014-230.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 maio 2016.

PATI, Camila. As melhores universidades brasileiras, segundo o MEC. **EXAME.COM**, São Paulo, 18 dez. 2015. Carreira. Disponível em:<<http://exame.abril.com.br/carreira/noticias/as-melhores-faculdades-do-brasil-segundo-o-mec>>. Acesso em 09 de julho de 2016.

QUEIROZ, V. **Fundo de Financiamento Estudantil (FIES): uma nova versão do CREDUC.** Universidade e Sociedade (Brasília), v. 55, p. 44-57, 2015. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/impressao/publicacoes/imp-pub-1095164128.pdf>>. Acesso em 19 de julho de 2016.

RADAELLI, A. B.; ESTRADA, A. A. **Estado e Política Educacional: REUNI e a expansão do ensino superior público durante o governo Lula.** In: XV JORNADA HISTEDBR, 2013, Cascavel. Cadernos de resumos XI Jornada do HISTEDBR, 2013. Disponível em:<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/2/artigo_simposio_2_839_andressaradaelli@hotmail.com.pdf>. Acesso em 23 de julho de 2016.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-029-2

